

QUEM É O “INIMIGO” QUE ATACA CABO DELGADO? BREVE APRESENTAÇÃO DAS HIPÓTESES DO GOVERNO MOÇAMBICANO¹

Sérgio Chichava

Introdução

A 5 de Outubro de 2017, a sede do distrito de Mocimboa da Praia, na província nortenha de Cabo Delgado, foi atacada por indivíduos armados. Este ataque que não foi reivindicado, visou essencialmente instituições do Estado, nomeadamente da polícia local. Desde então, os ataques têm sido recorrentes, tendo depois de Mocimboa da Praia, se espalhado por vários distritos de Cabo Delgado, particularmente Palma, Nangade, Macomia, Muidumbe e Quissanga. A 23 e 24 de Março de 2020, registaram-se os ataques mais importantes de sempre, com ocupação momentânea das sedes dos distritos de Mocimboa da Praia e Quissanga, onde de acordo com vários vídeos e imagens que circularam pelas redes sociais e por certa imprensa local, os atacantes içaram uma bandeira semelhante à do Estado Islâmico. Nos ataques a estes dois distritos, para além de instituições do Estado entre elas, os palácios dos administradores e quartéis das forças governamentais, foram também visadas instituições privadas como bancos. Entretanto, cerca de dois anos e meio após o ataque de 5 de Outubro de 2017, para as autoridades moçambicanas, o mistério em torno da identidade e motivações deste grupo persistem. Sabe-se, porém, que os atacantes, conhecidos localmente por “Al Shabaab”, por “insurgentes” ou “malfeitores” segundo o governo, têm decapitado suas vítimas, lembrando um pouco a actuação de grupos terroristas radicais islâmicos como Boko Haram e Estado Islâmico. Sabe-se também que o “Al Shabaab” tem reivindicado publicamente, a implantação da lei islâmica em Moçambique. Entretanto, se o governo moçambicano tem afirmado que se trata de indivíduos “sem rosto” e que por esta razão tem dificuldades em encontrar resposta ao problema, ao mesmo tempo tem avançado várias hipóteses sobre quem são e o que os atacantes pretendem.

Este texto pretende apresentar as diferentes hipóteses enunciadas pelo governo moçambicano sobre a identidade e objectivos do “Al Shabaab”. Basicamente, podem ser resumidas em quatro, as hipóteses das autoridades moçambicanas sobre quem são e o que os “insurgentes” pretendem: (i) Indivíduos com objectivo de instalar um Estado Islâmico; (ii) Antigos garimpeiros das minas de Rubi em Montepuez; (iii) Grupo de empresários Moçambicanos residentes na Beira e (iv) Forças externas.

1. Indivíduos com objectivo de instalar um Estado Islâmico

Logo após o ataque de 5 de Outubro de 2017 a Mocimboa da Praia, o governo afirmou que se tratava de um grupo constituído por indivíduos (estrangeiros e moçambicanos) que tem como objectivo, instalar um Estado Islâmico em Moçambique. Rodrigo Parruque, então administrador de Mocimboa da Praia, disse que este grupo era composto por moçambicanos, que tinham estudado doutrinas religiosas fundamentalistas na Tanzânia, Sudão e Arábia Saudita, e trabalhavam em conexão com cidadãos tanzanianos e somalis, que para atingir seu objectivo, exaltavam práticas religiosas não comuns no Islão e desacreditavam o Governo de Moçambique (Notícias, 2017). Esta tese foi também defendida pelo então Ministro do Interior, Basílio Monteiro, aquando da visita efectuada pelo presidente Nyusi a Cabo Delgado, em Abril de 2018 (Miramar TV, 2018a).

Em virtude disso, imediatamente após os ataques, diversos cidadãos muçulmanos em Cabo Delgado foram presos sob a acusação de pertencerem ao “Al Shabaab”. Igualmente, algumas mesquitas ao longo desta província, particularmente na cidade de Pemba e no distrito de Montepuez, foram encerradas sob suspeitas de colaborarem com o “Al Shabaab”. Esta situação criou um mal-estar no seio da comunidade muçulmana moçambicana, que acusou o governo de detenções arbitrárias.

Entretanto, e no que se pode considerar como uma tentativa de evitar entrar em rota de colisão com a comunidade muçulmana local, as autoridades moçambicanas mudaram de discurso, declarando não ter certeza que os ataques tenham a ver com um grupo com motivações religiosas e que ainda continuam sem saber os seus objectivos. Nesta mudança, as autoridades moçambicanas afirmam que o Islão é uma religião de paz; que em Moçambique não há histórico de luta de religiões. Igualmente, reiteram que os insurgentes que matam em Cabo Delgado nem sequer são muçulmanos, apesar de fazer os ataques em nome desta religião, como se pode ver no discurso do presidente Nyusi na cerimónia de Eid al-Fitr, realizada na Beira em Junho de 2019:

“Os nossos irmãos do Norte, nos distritos da província de Cabo Delgado, hoje vivem momentos de horror e extrema violência. São assassinados e suas habitações e bens destruídos por homens

que não querem mostrar o seu rosto, fazendo de alguma forma e através dos seus pronunciamentos, esforço para nos confundirmos com homens que defendem o Islão. Nós moçambicanos não temos histórico de conflitos de natureza religiosa. Não aceitamos que nos imponham que são muçulmanos que fazem aquilo... continuaram a matar gente em pleno período de Ramadão, o que é inadmissível, pois o Islão, tal como o conhecemos significa Paz... nas suas palavras e nos seus actos.” (STV, 2019a)

Esta mudança é compreensível num contexto em que as relações entre a Frelimo e a religião, particularmente com o Islão, foram bastante difíceis durante o período do “Marxismo-Leninismo”, tendo melhorado com a introdução do pluralismo em 1990. Igualmente, é preciso realçar que a comunidade muçulmana moçambicana sempre se distanciou dos ataques em Cabo Delgado, dizendo que estes são obra de indivíduos que defendem práticas islâmicas radicais (negação do Estado secular, por exemplo), defendendo por isso, uma acção firme do Estado.

2. Antigos garimpeiros das minas de Rubi em Montepuez

Em Maio de 2019, o comandante geral da polícia em comício popular no distrito de Montepuez, em Cabo Delgado, apontou os antigos garimpeiros das minas de Rubi de Nhamanhumbir como fazendo parte não só dos financiadores, mas também de serem parte dos cabecilhas do “Al Shabaab” (RFI, 2019).

De acordo com as autoridades moçambicanas, os garimpeiros locais estariam a ser manipulados por “estrangeiros” oriundos da Tanzânia e República Democrática do Congo (RDC), que tinham sido expulsos das minas de rubi, onde estavam a fazer exploração clandestina, provocando o caos para poderem continuar a fazer exploração ilegal de recursos naturais em Cabo Delgado. Ainda de acordo com o governo, estes “estrangeiros” aproveitavam-se também do facto desta província ser maioritariamente muçulmana para opor esta religião ao Estado (Notícias, 2019).

É preciso sublinhar que a chegada da Montepuez Ruby Mining (MRM) a Montepuez, nos princípios de 2017, para explorar as minas de rubis, foi precedida pela expulsão violenta de garimpeiros “ilegais” pelas forças policiais, com alguns deles a serem enterrados vivos, outros abatidos a sangue frio, mulheres violadas, casas e bens destruídos, entre outras humilhações. Acusada

¹Os trechos dos discursos aqui apresentados foram reproduzidos literalmente, sem modificação.

de violação de direitos humanos, a MRM foi condenada pelo Tribunal de Londres a pagar uma indemnização de 6.7 de milhões de euros em 2019 (Silva, 2019).

Importa notar que a situação continua tensa em Montepuez, com vários incidentes a serem reportados, o último dos quais foi um ataque às instalações da MRM em Fevereiro de 2020. Este ataque foi atribuído aos antigos garimpeiros e terá causado ferimentos a três guardas da MRM e incendiado uma viatura desta mineradora (Notícias, 2020).

3. Grupo de empresários Moçambicanos residentes na Beira

O governo de Moçambique diz também que alguns empresários moçambicanos residentes na cidade da Beira, região centro do país, descontentes com o combate feito pelo Estado ao tráfico ilegal da madeira estariam a financiar os “insurgentes”. Sem trazer mais detalhes, esta suspeita foi lançada publicamente pelo presidente Nyusi em Agosto de 2019:

“Há sinais de alguns serem moçambicanos, que vivem aqui, que vivem bem na Beira, que não estão satisfeitos, porque algumas oportunidades se calhar que tinham e já não têm, porque as coisas são feitas com alguma transparência, quando a gente diz que a madeira agora tem que ser feita assim, ele fica zangado e vai ficar no mato. Quando ele por exemplo, as coisas apanhava sem concurso, agora a gente diz vai lá concorrer, fica zangado, manda filho do outro para ir morrer...”. (Miramar, 2019)

De salientar, que um mês antes do pronunciamento feito na Beira, o presidente Nyusi referira, aquando de uma viagem efectuada ao Posto Administrativo de Socone, na província da Zambézia, que tinham sido detidos “falsos empresários” moçambicanos que recrutavam jovens desta província para as fileiras dos insurgentes em troca de falsas propostas de emprego em Mocimboá da Praia e Palma (O País, 2019).

Em Dezembro de 2019, dois meses depois das eleições gerais de 15 de Outubro, num comício efectuado em Mueda, Cabo Delgado, o presidente Nyusi voltou a aventar a hipótese de possível complot interno com objectivo de inviabilizar a sua governação, declarando que “... estamos a procura se aqui dentro do país há alguém que está interessado em perturbar a minha governação apoiando esses malandros.” (STV, 2019b).

Contudo, até agora, não houve mais desenvolvimentos quanto a esta hipótese, não se sabendo a que conclusões as autoridades chegaram em relação aos “falsos empresários” ou aos empresários da Beira.

4. Forças externas

A outra hipótese avançada pelo governo moçambicano, é a de que se trata de uma guerra movida por forças “externas” em conluio com alguns moçambicanos. Para Bernardino Rafael, Comandante Geral da polícia, por exemplo, os líderes dos “insurgentes” seriam congolezes, que recrutavam e treinavam moçambicanos na RDC para fazer guerra em Moçambique:

“Os líderes saíram da República Democrática do Congo, onde eles estavam lá em algumas mesquitas; em Kinsangani, em Kivu Norte, em Goma, na República Democrática do Congo. Onde eles alimentavam-se de diamantes. E porque este grupo sempre foram aqueles que vivem de minerais, tentaram penetrar no nosso país, recrutando os nossos irmãos,

treinando-os na República Democrática do Congo” (Miguel, 2019)

Nesta empreitada, os congolezes estariam a agir em colaboração com tanzanianos. Para sustentar esta tese, a polícia apresentou em Mocimboá da Praia, um grupo de três moçambicanos supostamente treinados na RDC e que tinham sido capturados pelas autoridades daquele país e entregues à polícia moçambicana. Um deles dizia que tinha sido aliciado por um tanzaniano para ir à RDC para receber treino militar com objectivo de fazer Jihad:

“Um senhor tanzaniano chamado Kiyenda é que me levou para a Tanzânia ... para passarmos irmos em Congo, porque há uns Tanzanianos que fugiram em Tanzânia e estão em Congo... para treinar para fazer Jihad...”. (TVM, 2018a)

Entretanto, para além de cidadãos tanzanianos e congolezes, são também citados pela polícia somalis e malianos. Haveria também, “estrangeiros” de origem asiática. Por exemplo, em Maio de 2018, a polícia apresentou em Mocimboá da Praia, o corpo de um indivíduo supostamente de origem asiática, que teria sido abatido em combate. A polícia dizia também que outros dois asiáticos estavam em fuga (TVM, 2018b). Em Junho de 2018, as autoridades do distrito de Moma, na província de Nampula, apresentaram um grupo de 38 nacionais que teriam sido supostamente aliciados por um grupo de paquistaneses para se juntarem aos “insurgentes” em Mocimboá da Praia (Miramar TV, 2018b).

Com a situação quase a sair fora do controlo do governo, o presidente Nyusi foi muito mais contundente, ao dizer a 25 de Setembro de 2019, data que em Moçambique se celebra mais um aniversário do início da luta armada contra o colonialismo português, que “*estava mais do que claro que o país estava a ser vítima de uma invasão camuflada; de inimigos do nosso desenvolvimento*” (STV, 2019c). Na altura, o presidente Nyusi não forneceu detalhes, mas iria fazê-lo na reunião de Conselho de Ministros, especialmente realizada em Pemba, em Fevereiro de 2020. Nesta ocasião, Nyusi disse que os “estrangeiros”, que moviam a guerra contra Moçambique, eram pessoas “com dinheiro” e que o usavam para aliciar moçambicanos:

“É uma guerra movida por pessoas de fora e pessoas que têm dinheiro. Não sabemos de onde é que levam esse dinheiro para matar os moçambicanos. Se calhar até é dinheiro dos próprios moçambicanos, que mata os moçambicanos, mas fomos instruídos e também fomos recomendados e aconselhados para ficarmos atentos para apanharmos essas pessoas...” (STV, 2020)

Segundo o presidente Nyusi, para além de opor os moçambicanos ao governo e outras instituições do Estado como o exército, o objectivo destes “estrangeiros” era instrumentalizar o tribalismo para dividir os moçambicanos. O presidente Nyusi se mostrava também disposto a dialogar com estes “estrangeiros”, caso eles se identificassem (STV, 2020).

Mesmo sem indicar as nacionalidades destes “estrangeiros”, quer parecer que o presidente Nyusi fazia eco aos pronunciamentos da polícia.

Conclusão

Que leitura se pode fazer destas diferentes versões? Será que após várias detenções e reivindicações, as autoridades moçambicanas não sabem quem é o “inimigo” que ataca em Cabo Delgado e o que pretende?

Evidências no terreno mostram claramente que o país está perante a presença de um grupo radical islâmico, que pretende impor a Sharia. Como apresentado ao longo do texto, trata-se também de uma tese inicialmente avançada pelo governo e que por razões pouco claras foi “abandonada”. Contudo, os recentes ataques à Mocimboá da Praia e Quissanga a 23 e 24 de Março de 2020, onde a reivindicação de um Islão radical está bem patente, deixa poucas dúvidas da ligação entre o “Al Shabaab” e o Estado Islâmico, o que deita por terra a tese de que se trata de atacantes “sem rosto” nem “mensagem”. Igualmente, no que mostra a complexidade e evolução do “Al Shabaab”, há sinais de que este grupo se teria beneficiado da expulsão violenta dos garimpeiros de Montepuez, que a ele teriam aderido. Entretanto, mais pesquisa é necessária para se compreender as diferentes mutações pelas quais o grupo passou ao longo dos últimos dois anos e meio e as razões porque optou pela via militar para alcançar o seu objectivo, após inicialmente ter privilegiado acções não violentas.

Referências

- Miguel, Ramos, 2019. “Comandante da Polícia de Moçambique diz que atacantes são treinados na RDC”. VOA Português. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/comandante-da-pol%C3%ADcia-de-mo%C3%A7ambique-diz-que-atacantes-s%C3%A3o-treinados-na-rdc/4954518.html> (Acedido a 5 de Abril de 2020).
- Miramar TV. 2018a. Ataques Mocimboá da Praia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T64dN23Dhng&t=52s> (Acedido a 4 de Abril de 2020).
- Miramar TV. 2018b. Ataques em Cabo Delgado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IV99GY-rJtI> (Acedido a 4 de Abril de 2020).
- Miramar TV. 2019. Ataques em Cabo Delgado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sej_gkKRi8 (Acedido a 4 de Abril de 2020).
- Notícias 2017. Ataques a Mocimboá da Praia: Garantido apoio às vítimas. Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/18-provincia-em-foco/74145-ataques-a-mocimbo-da-praia-garantido-apoio-as-vitimas> (Acedido a 5 de Abril de 2020).
- Notícias 2020. Garimpeiros voltam a invadir concessão da MRM em Montepuez. Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/96094-garimpeiros-voltam-a-invadir-concessao-da-mrm-em-montepuez> (Acedido a 4 de Abril de 2020).
- O País. 2019. Nyusi diz que há empresários detidos indiciados de financiar insurgentes. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/-nyusi-diz-que-ha-empresarios-detidos-indiciados-de-financiar-insurgentes> (Acedido a 4 de Abril de 2020).
- RFI. 2019. Polícia moçambicana acusa garimpeiros de financiar grupos armados. <http://www.rfi.fr/pt/mocambique/20190526-policia-mocambicana-acusa-garimpeiros-de-financiar-grupos-armados> (Acedido a 9 de Fevereiro de 2020).
- Silva, Guilherme. 2019. “Moçambique: Mineradora Gemfields paga indemnização face a acusações de abusos”. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-mineradora-gemfields-paga-indemniza%C3%A7%C3%A3o-face-a-acusa%C3%A7%C3%B5es-de-abusos/a-47283556> (acedido a 5 de Abril de 2020).
- STV. 2019a. “Eid Ul Fitr na Beira”. STV Jornal da Noite 05 06 2019 (Acedido a 4 de Abril de 2020). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P3RKAqPXLqQ>.
- STV. 2019b. “Ataques a Cabo Delgado”. STV Jornal da Noite 22 11 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H6P81V9h3s> (acedido a 4 de Abril de 2020).
- STV. 2019c. “Celebração dia das Forças Armadas”. STV Jornal da Noite 25 09 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zN3tiPBuW> (Acedido a 5 de Abril de 2020).
- STV. 2020. Conselho de Ministros em Pemba. STV Jornal da Noite 11 02 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uhLJ047ap2o> (Acedido a 4 de Abril de 2020).
- TVM. 2018a. Capturados homens treinados na RDC para desestabilizar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g59EunWARQY>. (Acedido a 5 de Abril de 2020).
- TVM. 2018b. Indivíduos de origem asiática nos ataques à Mocimboá da Praia. Disponível em: https://tvm.co.mz/index.php?option=com_k2&view=item&id=2972:individuos-de-origem-asiatica-nos-ataques-a-mocimbo-da-praia&Itemid=277 (Acedido a 5 de Abril de 2020).